



## F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 35.742.218/0001-04

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

**2021**

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>1. PERFIL ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>3</b>
<b>2. GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....	<b>4</b>
2.1. Estrutura de Governança.....	5
2.2. Integridade.....	5
2.3. Pandemia do Covid-19.....	5
<b>3. DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	<b>6</b>
<b>4. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)</b> .....	<b>7</b>
<b>5. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA</b> .....	<b>9</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS</b> .....	<b>10</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>11</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - REGULATÓRIO</b> .....	<b>14</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - REGULATÓRIO</b> .....	<b>15</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - REGULATÓRIO</b> .....	<b>16</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS</b> .....	<b>18</b>
1 Contexto Operacional.....	18
2 Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	20
3 Principais Políticas Contábeis Regulatórias.....	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	27
5 Investimentos temporários.....	27
6 Consumidores, concessionárias e permissionárias.....	27
7 Tributos.....	28
8 Imobilizado.....	29
9 Intangível.....	32
10 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes.....	32
11 Fornecedores.....	32
12 Encargos Setoriais a Recolher.....	33
13 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes.....	34
14 Outros passivos circulantes e não circulantes.....	34
15 Patrimônio Líquido.....	34
16 Receita Operacional Líquida.....	35
17 Custos e Despesas Operacionais.....	36
18 Resultado Financeiro.....	37
19 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário.....	38
20 Instrumentos Financeiros.....	43
21 Transações com Partes Relacionadas.....	48
22 Seguros.....	49
23 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	49
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE</b> .....	<b>50</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### À ACIONISTA

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

#### • FDA em Números

Em milhares de Reais	2021	2020	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	938.556	597.984	57,0
Caixa e equivalentes de caixa	68.033	197.067	(65,5)
Investimentos Temporários	11.404	11.007	3,6
Receita operacional bruta	784.336	652.951	20,1
Deduções da receita	104.461	46.934	122,6
Receita operacional líquida	679.875	606.017	12,2
Custos e despesas operacionais	(118.560)	(230.206)	(48,5)
Resultado das atividades	561.315	375.811	49,4
EBITDA ou LAJIDA	604.983	392.564	54,1
Resultado financeiro	10.865	2.473	339,3
IRPJ/CSLL	(194.293)	(21.032)	823,8
Lucro operacional	572.180	378.284	51,3
Lucro líquido do exercício	377.887	357.252	5,8
Patrimônio líquido	663.292	551.026	20,4
Dividendos	343.193	306.939	11,8
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,7	5,8	(70,7)
Liquidez geral (índice)	1,1	6,5	(83,1)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	89,0	64,8	37,3
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	84,2	62,4	34,9
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	55,6	59,0	(5,8)
Participação de capital de terceiros (%)	29,3	7,9	270,9

### • Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

**Visão:** Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

#### Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. segue as práticas e políticas de governança adotadas pelas suas Controladoras, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o seu desempenho esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Companhia e de seus stakeholders.

O modelo adotado tem como referência o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e se baseia nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado.

A partir de março de 2021, foi promovida ampla reforma estatutária na Copel, incluindo requisitos do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão - bolsa de valores de São Paulo), sendo que a migração ocorreu em novembro de 2021, e atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Copel cumpre as normas da Securities and Exchange Commission - SEC e da New York Stock Exchange - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da Bolsa y Mercados Españoles, na Espanha.

Para aferir a maturidade e o nível da qualidade da governança corporativa da Copel, a Controladora participa de índices e reconhecimentos de mercado que permitem a comparação com seus pares e empresas de diversos setores: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e Selo Empresa Pró-Ética. Outro parâmetro de comparação é o Informe de Governança Corporativa, elaborado conforme a Instrução CVM nº 586/2017, no qual a Copel relata seu nível de aderência às práticas do código do IBGC.

## 2.1. Estrutura de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Diretoria Reunida.

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em <https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/>

## 2.2. Integridade

### • Programa de Integridade

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

## 2.3. Pandemia do Covid-19

A alta administração da Copel atuou de forma tempestiva para lidar com a continuidade da pandemia em 2021, tendo encontrado amparo na robusta estrutura de governança corporativa para a tomada de decisão e gestão da crise.

Desde o início da crise sanitária, a Copel mantém um comitê que avalia periodicamente as ações a serem tomadas considerando o grau de risco de contaminação dentro e fora de suas instalações, bem como as condições de segurança para a saúde dos empregados, incluindo o monitoramento dos dados de vacinação.

Foram emitidas normas visando garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. A Comissão de Contingência seguiu monitorando e atuando sobre os pilares de segurança das pessoas; continuidade das atividades

essenciais; monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores e preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Durante o ano de 2021, a Companhia seguiu em regime de teletrabalho nas áreas em que foi possível adotar esse formato, com restrições de viagens, realização de reuniões por videoconferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos empregados e adoção de protocolos de contingência, de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, porém preservando a saúde de seus profissionais.

Durante a pandemia, o primeiro cuidado da Copel com sua saúde econômico-financeira foi com a preservação do caixa, tendo em vista a desaceleração da atividade econômica global como consequência das restrições relacionadas ao distanciamento social e isolamento obrigatório.

Houve preocupação especial com a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como com as negociações com o poder concedente para a implementação de diretrizes que garantissem a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração de energia elétrica. Com a avaliação constante e sistemática dos impactos, a Copel pôde implementar as medidas necessárias para a continuidade das operações no período de redução do consumo e impacto da inadimplência, com vistas à preservação do fluxo de caixa.

Em janeiro de 2022, com 95% do quadro funcional da Copel já tendo tomado a primeira dose, dentre os quais 82% com duas doses ou dose única, a Diretoria deliberou pelo retorno de todos os empregados às dependências físicas da Copel no início do exercício, possibilitando o regime híbrido estabelecido no Programa de Home Office, no qual prevê no mínimo um dia e no máximo quatro dias em teletrabalho.

### **3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) através da assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, o prazo para conclusão do processo foi recentemente reduzido pela publicação do Decreto nº 10.893/2021 de 18 para 12 meses antes do vencimento do contrato de concessão.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Como resultado, a concessão da UHE GBM foi prorrogada por 461 dias e

a nova data de término da outorga passou para 21.12.2024, gerando impacto positivo no resultado operacional relativo ao intangível de contrato mensurado ao valor justo no total de R\$ 361.963 mil.

Em 2021, a Receita Operacional Líquida, considerando a apresentação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, teve acréscimo de R\$ 73.858 mil, representando 12,2% de aumento em relação a 2020, decorrente principalmente pelo maior preço no ACL e pelo crescimento no volume de energia vendida com contratos bilaterais para a Copel Comercialização.

Os custos e despesas operacionais, excluindo os efeitos da repactuação do risco hidrológico, tiveram acréscimo de R\$ 250.318 mil, representando 108,7% de aumento em relação a 2020, principalmente pelo impacto da crise hídrica sobre os preços de energia e para fazer frente ao maior volume de energia vendida no período.

Em 2021, a Copel GeT dará continuidade aos estudos de alienação do controle de sua subsidiária F.D.A., como uma opção à relicitação da UHE GBM, por ocasião do término de sua concessão.

#### Usina em Operação em 31.12.2021 – Características Físicas

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
<b>Hidrelétricas</b>							
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	1.676,0	603,3	100%	1.676,0	603,3	01.10.1980	21.12.2024
<b>TOTAL</b>	<b>1.676,0</b>	<b>603,3</b>		<b>1.676,0</b>	<b>603,3</b>		

#### Garantia Física Realizada e Esperada

Em vista da usina atual e da garantia física esperada até o final da concessão está apresentado no quadro a seguir:

Garantia física GWh/ano proporcional	2020	2021	2022	2023	2024
Copel GeT	1.317,6	-	-	-	-
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) <sup>(1)</sup>	1.317,6	-	-	-	-
<b>Sociedade de propósito específico - FDA</b>	<b>3.981,8</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.293,4</b>
FDA - UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) <sup>(2)</sup>	3.981,8	5.284,9	5.284,9	5.284,9	5.293,4
<b>TOTAL</b>	<b>5.299,4</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.284,9</b>	<b>5.293,4</b>

(1) Não considera os possíveis efeitos da não prorrogação das concessões.

(2) A partir de 01.04.2020 a UHE GBM (Foz do Areia) foi submetida a SPE FDA Geração.

## 4. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A FDA têm a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, consolidou-se como uma empresa comprometida em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo a primeira setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

## 5. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente do Conselho DANIEL PIMENTEL SLAVIERO  
MOACIR CARLOS BERTOL  
CASSIO SANTANA DA SILVA

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR

Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA  
LUIZ HENRIQUE DE MELLO  
WALTER GUANDALINI JÚNIOR

Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISY  
LILIAN RENATA DE ANDRADE  
ALFONSO SCHMITT  
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

### **COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Membros Titulares NELSON LUIZ PAULA DE OLIVEIRA  
ZENO BANNACH JUNIOR

### **DIRETORIA**

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES  
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

### **CONTADOR**

CRC-PR-043819/0-O RONALDO BOSCO SOARES

# **F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.**

CNPJ nº 35.742.218/0001-04

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**2021**

## Balanços Patrimoniais Regulatórios

levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.033	197.067
Concessionárias e permissionárias	6	62.722	67.161
Tributos compensáveis	7	3.117	534
Despesas pagas antecipadamente		34	-
Bens destinados à alienação		18	18
Outros ativos circulantes	10	170.265	288
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>304.189</b>	<b>265.068</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos compensáveis	7	864	924
Investimentos temporários	5	11.404	11.007
Tributos diferidos		-	28.055
		<b>12.268</b>	<b>39.986</b>
<b>Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica</b>			
Outros bens não vinculados à concessão		663	900
		<b>663</b>	<b>900</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>275.003</b>	<b>273.727</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>346.433</b>	<b>18.303</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>634.367</b>	<b>332.916</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>938.556</b>	<b>597.984</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Balanços Patrimoniais Regulatórios

levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	33.622	26.828
Tributos	7	50.872	10.007
Dividendos declarados	15.2	85.799	-
Encargos setoriais	12	8.479	8.681
Outros passivos circulantes	14	526	511
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>179.298</b>	<b>46.027</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais	12	2.694	724
Tributos diferidos	7	93.272	207
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>95.966</b>	<b>931</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	15	409.508	406.363
Outros resultados abrangentes		(37.827)	(54.459)
Reservas de lucros		291.611	195.977
Recursos destinados a aumento de capital		-	3.145
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>663.292</b>	<b>551.026</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>938.556</b>	<b>597.984</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Demonstrações de Resultados Regulatórios

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>RECEITA</b>			
Suprimento de energia elétrica		781.361	640.179
Energia elétrica de curto prazo		2.975	12.772
	16	<b>784.336</b>	<b>652.951</b>
<b>Tributos</b>			
Pis/Pasep		(12.942)	(4.244)
Cofins		(59.610)	(19.589)
	16	<b>(72.552)</b>	<b>(23.833)</b>
<b>Encargos</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.1	(6.799)	(6.060)
Reserva global de reversão - RGR	16.1	(3.004)	(4.046)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	16.1	(20.060)	(11.326)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	16.1	(2.046)	(1.669)
		<b>(31.909)</b>	<b>(23.101)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	16	<b>679.875</b>	<b>606.017</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(259.289)	(69.919)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(137.595)	(110.932)
	17	<b>(396.884)</b>	<b>(180.851)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>282.991</b>	<b>425.166</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>			
Pessoal e administradores	17.1	(1.676)	(858)
Material		(545)	(122)
Serviços de terceiros	17.2	(33.418)	(31.267)
Arrendamentos e aluguéis		(285)	(253)
Seguros		(97)	-
Doações, contribuições e subvenções		(2.250)	-
(-) Recuperação de despesas		216	247
Tributos		(199)	(3)
Depreciação e amortização		(43.668)	(16.753)
Gastos diversos		(137)	(177)
(-) Outras receitas operacionais		362.006	28
Outras despesas operacionais		(1.623)	(197)
	17	<b>278.324</b>	<b>(49.355)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>561.315</b>	<b>375.811</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas financeiras		(525)	(24)
Receitas financeiras		11.390	2.497
	18	<b>10.865</b>	<b>2.473</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS</b>		<b>572.180</b>	<b>378.284</b>
Despesas com tributos sobre os lucros	7.3	(194.293)	(21.032)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>377.887</b>	<b>357.252</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Demonstrações de Resultados Abrangentes - Regulatório**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>377.887</b>	<b>357.252</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Constituição de Tributos Diferidos sobre ajustes dos elementos do ativo		-	28.055
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>		<b>-</b>	<b>28.055</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>377.887</b>	<b>385.307</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Ajuste de Elementos do Ativo	Reserva legal	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>1</b>		-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-			-	-	357.252	357.252
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Constituição de Tributos Diferidos sobre ajustes de elementos do ativo		-	-	28.055	-	-	-	28.055
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	<b>28.055</b>	-	-	<b>357.252</b>	<b>385.307</b>
Realização dos ajustes de Elementos do Ativo, líquido de tributos		-	-	34.158	-	-	(34.158)	-
Aumento de capital		406.362	-	(116.672)	-	-	-	289.690
Recebimento de adiantamento		-	3.145	-	-	-	-	3.145
Destinação proposta à A.G.O.:	15.3							
Reserva legal		-	-	-	16.155	-	(16.155)	-
Dividendos		-	-	-	-	179.822	(306.939)	(127.117)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>406.363</b>	<b>3.145</b>	<b>(54.459)</b>	<b>16.155</b>	<b>179.822</b>	-	<b>551.026</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-			-	-	377.887	377.887
Realização dos ajustes de Elementos do Ativo, líquido de tributos		-	-	16.632	-	-	(16.632)	-
Aumento de capital		3.145	(3.145)	-	-	-	-	-
Deliberação de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(179.822)	-	(179.822)
Destinação proposta à A.G.O.:	15.3							
Reserva legal		-	-	-	18.062	-	(18.062)	-
Dividendos		-	-	-	-	257.394	(343.193)	(85.799)
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>409.508</b>	-	<b>(37.827)</b>	<b>34.217</b>	<b>257.394</b>	-	<b>663.292</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>377.887</b>	<b>357.252</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação do imobilizado		9.866	11.203
Amortização do intangível		33.875	5.550
Imposto de renda e contribuição social	7.3	194.293	21.032
Encargos não realizado - líquidos		(10.280)	13
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.3	6.799	6.061
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	9	(361.963)	-
		<b>250.477</b>	<b>401.111</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Concessionárias e permissionárias		4.439	(67.161)
Tributos compensáveis		(2.523)	(1.458)
Despesas pagas antecipadamente		(34)	-
Bens destinados à alienação		-	(2)
Outros ativos		235	(288)
		<b>2.117</b>	<b>(68.909)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		6.794	23.933
Tributos		252	3.439
Encargos setoriais		(5.096)	3.331
Outros passivos		15	511
		<b>1.965</b>	<b>31.214</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>254.559</b>	<b>363.416</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.402)	(14.257)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>223.157</b>	<b>349.159</b>

(continua)

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (continuação)  
em milhares de reais

(continuação)

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(251.450)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		90.000	-
Aquisições de imobilizado	8	(10.854)	(17.114)
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas		374	-
Aquisições de intangível		(42)	-
Investimentos temporários		(397)	(11.007)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(172.369)</b>	<b>(28.121)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de Adiantamento para Futuro Aumento de Caixa	15.2	-	3.145
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(179.822)	(127.117)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(179.822)</b>	<b>(123.972)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>(129.034)</b>	<b>197.066</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4	197.067	1
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4	68.033	197.067
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>(129.034)</b>	<b>197.066</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

### 1 Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto – GBM (UHE Foz do Areia).

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, o prazo para conclusão do processo foi recentemente reduzido pela publicação do Decreto nº 10.893/2021 de 18 para 12 meses antes do vencimento do contrato de concessão. Em março de 2020 ocorreu o aumento de capital na FDA, no total de R\$ 406.362, por meio de transferência de R\$ 382.493 de ativo imobilizado, R\$ 23.853 de ativo intangível e R\$ 16 de outros créditos

A UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (“GBM” ou “Foz do Areia”) possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

#### a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2022, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a FDA está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

### **b) Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)**

Em 09.09.2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia.

Conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.932, de 17.09.2021, a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto tem direito a extensão de outorga de 461 dias, com alteração do vencimento da concessão de 17.09.2023 para 21.12.2024.

Em 29.09.2021, o Conselho de Administração da FDA aprovou a adesão à repactuação do risco hidrológico da parcela de garantia física não repactuada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de extensão de outorga das suas usinas hidrelétricas participantes do mecanismo de realocação de energia - MRE. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, que inclui a renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Despesas operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no

montante de R\$ 361.963 com impacto positivo no seu resultado operacional e de R\$ 238.896 no lucro líquido do exercício.

## **2 Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

### **2.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, vigente até o exercício de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pelas aplicações diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Para as demonstrações contábeis regulatórias a partir de 2022 vigorará a nova versão do MCSE instituída pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

A emissão das demonstrações financeiras societárias e das demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 08.04.2022 e em 28.04.2022, respectivamente.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros.

### 2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Intangível;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes
- NEs nºs 3.6 - Reconhecimento da receita;
- NEs nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- NEs nºs 3.8 e 7.2 - Imposto de renda e contribuição social.

## 2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

## 3 Principais Políticas Contábeis Regulatórias

### 3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao

valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### 3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **3.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

### **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### 3.3.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

#### 3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### **3.4 Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (*Generation Scaling Factor - GSF*), conforme detalhado na NE nº 1-b. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

### **3.5 Provisões para litígios e passivos contingentes**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

### **3.6 Reconhecimento da receita**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

#### 3.6.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

### **3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.8 Tributos**

#### 3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Excepcionalmente para o ano de 2020, a Companhia adotou a opção tributária do Lucro Presumido no qual apurou o imposto de renda e a contribuição social com base nas presunções previstas na legislação vigente.

#### 3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

### 3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas, quando aplicável, à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS as alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## 3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

## 3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis regulatória decorrentes destas alterações de normas.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	68.033	197.067
	<b>68.033</b>	<b>197.067</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 96% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5 Investimentos temporários

Categoria	Indexador	31.12.2021	31.12.2020
Cotas de fundos de investimentos	CDI	11.404	11.007
		<b>11.404</b>	<b>11.007</b>
	Circulante	-	-
	Não circulante	11.404	11.007

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

#### 6 Consumidores, concessionárias e permissionárias

Descrição - R\$ mil	VALORES CORRENTES						TOTAL 2021	TOTAL 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 à 180 dias	De 181 à 360 dias	Mais de 360 dias		
Concessionárias e permissionárias	62.722	-	-	-	-	-	62.722	67.161
Suprimento de energia	62.722	-	-	-	-	-	62.722	67.161
<b>TOTAL</b>	<b>62.722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.722</b>	<b>67.161</b>
						Circulante	62.722	67.161
						Não circulante	-	-

## 7 Tributos

### 7.1 Tributos compensáveis e a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativo Circulante</b>		
ICMS a recuperar	797	436
IR e CSLL a Recuperar	2.299	98
PIS/Pasep e Cofins a compensar	21	-
	<b>3.117</b>	<b>534</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
ICMS a recuperar	754	894
Outros tributos a compensar	110	30
	<b>864</b>	<b>924</b>
<b>Passivo circulante</b>		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	1.313	2.587
IR e CSLL a recolher	48.339	6.568
Outros tributos	1.220	852
	<b>50.872</b>	<b>10.007</b>

### 7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, os quais são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### 7.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2021
<b>Ativo não circulante</b>						
Provisão para P&D	-	-	-	-	670	670
Constituição sobre ajustes de elementos do ativo	-	-	28.055	28.055	(8.568)	19.487
Provisões de passivo	-	-	-	-	172	172
	-	-	<b>28.055</b>	<b>28.055</b>	<b>(7.726)</b>	<b>20.329</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>						
Contrato de concessão	-	-	-	-	113.601	113.601
Rendimentos de aplicações financeiras (lucro presumido)	-	207	-	207	(207)	-
	-	<b>207</b>	-	<b>207</b>	<b>113.394</b>	<b>113.601</b>
<b>Líquido</b>	-	<b>(207)</b>	<b>28.055</b>	<b>27.848</b>	<b>(121.120)</b>	<b>(93.272)</b>

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2022	3.410	(37.867)
2023	3.238	(37.867)
2024 a 2030	13.681	(37.867)
	<b>20.329</b>	<b>(113.601)</b>

### 7.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	572.180	378.284
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(194.541)</b>	<b>(128.617)</b>
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(2.234)	-
Incentivos fiscais	2.250	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	207	107.585
Outros	25	-
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(73.173)</b>	<b>(20.825)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(121.120)</b>	<b>(207)</b>
<b>Alíquota efetiva - %</b>	<b>34%</b>	<b>6%</b>

## 8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração	2,47%	791.057	(516.545)	274.512	255.917
		<b>791.057</b>	<b>(516.545)</b>	<b>274.512</b>	<b>255.917</b>
<b>Em Curso</b>					
Geração		396	-	396	17.810
Administração		95	-	95	-
		<b>491</b>	<b>-</b>	<b>491</b>	<b>17.810</b>
		<b>791.548</b>	<b>(516.545)</b>	<b>275.003</b>	<b>273.727</b>

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2021
<b>Geração</b>	<b>763.081</b>	<b>28.173</b>	<b>(197)</b>	<b>-</b>	<b>791.057</b>	<b>27.976</b>	<b>(516.545)</b>	<b>274.512</b>
Terrenos	6.533	-	-	-	6.533	-	-	6.533
Reservatórios, Barragens e Adutoras	343.137	-	-	-	343.137	-	(338.111)	5.026
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	129.596	-	(156)	-	129.440	(156)	(117.330)	12.110
Máquinas e Equipamentos	282.982	28.172	(23)	-	311.131	28.149	(60.578)	250.553
Móveis e Utensílios	833	1	(18)	-	816	(17)	(526)	290
<b>Subtotal</b>	<b>763.081</b>	<b>28.173</b>	<b>(197)</b>	<b>-</b>	<b>791.057</b>	<b>27.976</b>	<b>(516.545)</b>	<b>274.512</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2021
<b>Geração</b>	<b>17.811</b>	<b>10.759</b>	<b>-</b>	<b>(28.174)</b>	<b>396</b>	<b>(17.415)</b>	<b>-</b>	<b>396</b>
Máquinas e Equipamentos	4.551	10.758	-	(15.115)	194	(4.357)	-	194
Outros	13.260	1	-	(13.059)	202	(13.058)	-	202
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>95</b>
Máquinas e Equipamentos	-	95	-	-	95	95	-	95
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>17.811</b>	<b>10.854</b>	<b>-</b>	<b>(28.174)</b>	<b>491</b>	<b>(17.320)</b>	<b>-</b>	<b>491</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>780.892</b>	<b>39.027</b>	<b>(197)</b>	<b>(28.174)</b>	<b>791.548</b>	<b>10.656</b>	<b>(516.545)</b>	<b>275.003</b>

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2021 e de 2020.

## 8.1 Adições ao Ativo Imobilizado em Curso

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipa-mentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total (a)
Máquinas e Equipamentos	1.420	9.434	(1)	-	10.853
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	1
<b>Total das Adições</b>	<b>1.421</b>	<b>9.434</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>10.854</b>

## 8.2 Dez principais Adições (pelo valor) ao imobilizado em serviço

Descrição do bem	em R\$ mil
1. UM ROTOR	18.373
2. UM ENROLAMENTO ESTATÓRICO	3.947
3. UM REGULADOR DE VELOCIDADE	2.270
4. UM REGULADOR DE TENSÃO	1.945
5. SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE EQUIPAMENTOS	1.083
6. GERADOR	117
7. UMA TURBINA FRANCIS	90
8. UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E FORÇA	90
9. TRANSMISSOR DE TELEMEDICÃO	77
10. UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E FORÇA	48

### 8.3 Dez principais Baixas (pelo valor) do imobilizado em serviço

Descrição do bem	em R\$ mil
1. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-106,PIN-US/GBM PRF-12 106,00 M2	17
2. SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE EQUIPAMENTOS SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE EQUIP	9
3. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-12 69,66 M2	8
4. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-04 69,66 M2	8
5. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-09 69,66 M2	8
6. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-17 69,66 M2	8
7. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-19 69,66 M2	8
8. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-24 69,66 M2	8
9. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-22 69,66 M2	8
10. EDIFICACAO EDIFICACAO - OUTRAS,RESIDENCIA RFA-66,PIN-US/GBM PRF-18 69,66 M2	8

### 8.4 Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Equipamento geral	6,25%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento da Tomada d'água	6,25%

Em 2021, a Administração da Companhia reavaliou a estimativa de vida útil dos ativos da UHE GBM pelos efeitos da repactuação do risco hidrológico - GSF (NE nº 1 - b). As alterações foram tratadas de forma prospectiva a partir de outubro de 2021 e acresceram a quota de depreciação deste exercício, juntamente com a amortização do ativo intangível reconhecido em 30.09.2021, no montante de R\$ 27.209. Adicionalmente, acrescentarão, em média, o montante de R\$ 108.836 em 2022, R\$ 110.500 em 2023 e R\$ 115.417 em 2024.

## 9 Intangível

A composição e mutação do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31.12.2021
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
Geração	49.435	361.963	-	-	411.398	361.963	(65.000)	346.398
Softwares	28	-	-	-	28	-	(28)	-
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF (NE nº 1 - b)	49.407	361.963	-	-	411.370	361.963	(64.972)	346.398
Administração	-	42	-	-	42	42	(7)	35
Softwares	-	42	-	-	42	42	(7)	35
<b>Subtotal</b>	<b>49.435</b>	<b>362.005</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>411.440</b>	<b>362.005</b>	<b>(65.007)</b>	<b>346.433</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>								
Administração	-	42	-	(42)	-	-	-	-
Softwares	-	42	-	(42)	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>49.435</b>	<b>362.047</b>	<b>-</b>	<b>(42)</b>	<b>411.440</b>	<b>362.005</b>	<b>(65.007)</b>	<b>346.433</b>

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2021 e 2020.

## 10 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

	31.12.2021	31.12.2020
Copel Geração e Transmissão S.A. - Mútuo (NE nº 21-a)	170.212	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	268
Outros ativos circulantes	53	20
	<b>170.265</b>	<b>288</b>
<b>Circulante</b>	<b>170.265</b>	<b>288</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 11 Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica - CCEE	7.019	-
Energia elétrica - Copel Comercialização	5.995	-
Materiais e serviços	2.335	5.818
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	4.659	9.095
Encargos de uso da rede elétrica	13.102	11.915
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	512	-
	<b>33.622</b>	<b>26.828</b>
<b>Circulante</b>	<b>33.622</b>	<b>26.828</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 12 Encargos Setoriais a Recolher

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva global de reversão - RGR	4.725	4.045
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (12.2)	3.489	3.195
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	2.792	1.990
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	167	175
	<b>11.173</b>	<b>9.405</b>
	<b>Circulante</b>	<b>8.479</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>2.694</b>
		<b>8.681</b>
		<b>724</b>

### 12.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

### 12.2 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
<b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>				
FNDCT	442	-	442	505
MME	221	-	221	252
P&D	-	2.826	2.826	2.438
	<b>663</b>	<b>2.826</b>	<b>3.489</b>	<b>3.195</b>
		<b>Circulante</b>	<b>795</b>	<b>2.471</b>
		<b>Não circulante</b>	<b>2.694</b>	<b>724</b>

### 12.3 Mutações dos saldos de P&D

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D		Total
			circulante	não circulante	
<b>Em 1º.01.2020</b>	-	-	-	-	-
Constituições	2.424	1.213	-	2.424	6.061
Juros Selic	-	-	-	14	14
Transferências	-	-	1.714	(1.714)	-
Recolhimentos	(1.919)	(961)	-	-	(2.880)
<b>Em 31.12.2020</b>	<b>505</b>	<b>252</b>	<b>1.714</b>	<b>724</b>	<b>3.195</b>
Constituições	2.720	1.360	477	2.242	6.799
Juros Selic	-	-	-	65	65
Transferências	-	-	338	(338)	-
Recolhimentos	(2.783)	(1.391)	(2.396)	-	(6.570)
<b>Em 31.12.2021</b>	<b>442</b>	<b>221</b>	<b>133</b>	<b>2.693</b>	<b>3.489</b>

### 13 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2021 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

### 14 Outros passivos circulantes e não circulantes

	31.12.2021	31.12.2020
Compartilhamento com empresas do grupo	526	502
Outras obrigações	-	9
	<b>526</b>	<b>511</b>
<b>Circulante</b>	<b>526</b>	<b>511</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 15 Patrimônio Líquido

#### 15.1 Capital social

No exercício de 2021, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 3.145, conforme ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos durante o exercício de 2020. O capital social integralizado em 31.12.2021, no valor de R\$ 409.508 (R\$ 406.363 em 31.12.2020) é composto por 409.508.878 (406.363.426 em 31.12.2020) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel Geração e Transmissão S.A.

## 15.2 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Cálculo dos dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício - regulatório	377.887	357.252
Efeito dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória (NE nº 19)	(16.632)	(34.158)
Lucro líquido do exercício - societário	361.255	323.094
Reserva legal (5%)	(18.062)	(16.155)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	343.193	306.939
<b>(1) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>85.799</b>	<b>76.735</b>
<b>(2) Dividendos propostos</b>	<b>343.193</b>	<b>306.939</b>
<b>(3) Dividendo deliberação pelo CAD, superior ao dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>-</b>	<b>127.117</b>
<b>(4) Dividendo adicional proposto</b>	<b>257.394</b>	<b>179.822</b>

## 16 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	Encargos setoriais (16.1)	Receita Líquida 31.12.2021
Suprimento de energia elétrica	784.336	(72.552)	(31.909)	679.875
	<b>784.336</b>	<b>(72.552)</b>	<b>(31.909)</b>	<b>679.875</b>

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	Encargos setoriais (16.1)	Receita Líquida 31.12.2020
Suprimento de energia elétrica	652.951	(23.833)	(23.101)	606.017
	<b>652.951</b>	<b>(23.833)</b>	<b>(23.101)</b>	<b>606.017</b>

### 16.1 Encargos Setoriais

	31.12.2021	31.12.2020
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(6.799)	(6.060)
Reserva global de reversão - RGR	(3.004)	(4.046)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(20.060)	(11.326)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(2.046)	(1.669)
	<b>(31.909)</b>	<b>(23.101)</b>

## 17 Custos e Despesas Operacionais

	31.12.2021	31.12.2020
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(259.289)	(69.919)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(137.595)	(110.932)
	<b>(396.884)</b>	<b>(180.851)</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		
Pessoal e administradores (17.1)	(1.676)	(858)
Material	(545)	(122)
Serviços de terceiros (17.2)	(33.418)	(31.267)
Arrendamentos e aluguéis	(285)	(253)
Seguros	(97)	-
Doações, contribuições e subvenções	(2.250)	-
(-) Recuperação de despesas	216	247
Tributos	(199)	(3)
Depreciação e amortização	(43.668)	(16.753)
Gastos diversos	(137)	(177)
(-) Outras receitas operacionais (a)	362.006	28
Outras despesas operacionais	(1.623)	(197)
	<b>278.324</b>	<b>(49.355)</b>
	<b>(118.560)</b>	<b>(230.206)</b>

(a) Do total, o montante de R\$ 361.963 refere-se a Repactuação do risco hidrológico - GSF

### 17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	1.071	550
Encargos sociais	343	165
	<b>1.414</b>	<b>715</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	136	79
Encargos sociais	32	19
	<b>168</b>	<b>98</b>
<b>Plano de Benefício Assistencial</b>	<b>94</b>	<b>45</b>
	<b>1.676</b>	<b>858</b>

### 17.2 Serviços de terceiros

	31.12.2021	31.12.2020
Manutenção do sistema elétrico	28.593	19.135
Manutenção de instalações	4.241	3.976
Comunicação, processamento e transmissão de dados	7	12
Consultoria e auditoria	181	7
Outros serviços	396	8.137
	<b>33.418</b>	<b>31.267</b>

**18 Resultado Financeiro**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e encargos sobre mútuo Copel GeT	7.277	-
Rendimentos de aplicações financeiras	3.817	2.230
Outras receitas financeiras	296	267
	<b>11.390</b>	<b>2.497</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Juros sobre P&D	65	14
Outras despesas financeiras	460	10
	<b>525</b>	<b>24</b>
<b>Líquido</b>	<b>10.865</b>	<b>2.473</b>

**19 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário**

ATIVO	Nota de Ajuste	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		68.033	-	68.033	197.067	-	197.067
Concessionárias e permissionárias		62.722	-	62.722	67.161	-	67.161
Tributos compensáveis		3.117	-	3.117	534	-	534
Despesas pagas antecipadamente		34	-	34	-	-	-
Bens destinados à alienação		18	-	18	18	-	18
Outros ativos circulantes		170.265	-	170.265	288	-	288
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>304.189</b>	<b>-</b>	<b>304.189</b>	<b>265.068</b>	<b>-</b>	<b>265.068</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Realizável a longo prazo							
Tributos compensáveis		864	-	864	924	-	924
Investimentos temporários		11.404	-	11.404	11.007	-	11.007
Tributos diferidos	1.1	-	-	-	28.055	(28.055)	-
		<b>12.268</b>	<b>-</b>	<b>12.268</b>	<b>39.986</b>	<b>(28.055)</b>	<b>11.931</b>
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica							
Outros bens não vinculados à concessão	1.2	663	(663)	-	900	(900)	-
		<b>663</b>	<b>(663)</b>	<b>-</b>	<b>900</b>	<b>(900)</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1.3</b>	<b>275.003</b>	<b>57.977</b>	<b>332.980</b>	<b>273.727</b>	<b>83.414</b>	<b>357.141</b>
Intangível		346.433	-	346.433	18.303	-	18.303
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>634.367</b>	<b>57.314</b>	<b>691.681</b>	<b>332.916</b>	<b>54.459</b>	<b>387.375</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>938.556</b>	<b>57.314</b>	<b>995.870</b>	<b>597.984</b>	<b>54.459</b>	<b>652.443</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

PASSIVO	Nota de Ajuste	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		33.622	-	33.622	26.828	-	26.828
Tributos		50.872	-	50.872	10.007	-	10.007
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		85.799	-	85.799	-	-	-
Encargos setoriais	1.4	8.479	(2.958)	5.521	8.681	(2.164)	6.517
Outros passivos circulantes	1.4	526	2.958	3.484	511	2.164	2.675
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>179.298</b>	<b>-</b>	<b>179.298</b>	<b>46.027</b>	<b>-</b>	<b>46.027</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Encargos setoriais		2.694	-	2.694	724	-	724
Tributos diferidos	1.1	93.272	19.487	112.759	207	-	207
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>95.966</b>	<b>19.487</b>	<b>115.453</b>	<b>931</b>	<b>-</b>	<b>931</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital Social		409.508	-	409.508	406.363	-	406.363
Outros resultados abrangentes	1.5	(37.827)	37.827	-	(54.459)	54.459	-
Reservas de lucros		291.611	0	291.611	195.977	0	195.977
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	3.145	-	3.145
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>663.292</b>	<b>37.827</b>	<b>701.119</b>	<b>551.026</b>	<b>54.459</b>	<b>605.485</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>938.556</b>	<b>57.314</b>	<b>995.870</b>	<b>597.984</b>	<b>54.459</b>	<b>652.443</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

	Nota de Ajuste	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>							
Suprimento de energia elétrica		781.361	-	781.361	640.179	-	640.179
Energia elétrica de curto prazo		2.975	-	2.975	12.772	-	12.772
Outras receitas	1.6	-	43	43	-	29	29
		<b>784.336</b>	<b>43</b>	<b>784.379</b>	<b>652.951</b>	<b>29</b>	<b>652.980</b>
<b>Tributos</b>							
Pis/Pasep		(12.942)	-	(12.942)	(4.244)	-	(4.244)
Cofins		(59.610)	-	(59.610)	(19.589)	-	(19.589)
		<b>(72.552)</b>	<b>-</b>	<b>(72.552)</b>	<b>(23.833)</b>	<b>-</b>	<b>(23.833)</b>
<b>Encargos</b>							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(6.799)	-	(6.799)	(6.060)	-	(6.060)
Reserva global de reversão - RGR		(3.004)	-	(3.004)	(4.046)	-	(4.046)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	1.7	(20.060)	20.060	-	(11.326)	11.326	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	1.7	(2.046)	2.046	-	(1.669)	1.669	-
	<b>1.7</b>	<b>(31.909)</b>	<b>22.106</b>	<b>(9.803)</b>	<b>(23.101)</b>	<b>12.995</b>	<b>(10.106)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>679.875</b>	<b>22.149</b>	<b>702.024</b>	<b>606.017</b>	<b>13.024</b>	<b>619.041</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>							
Energia elétrica comprada para revenda		(259.289)	-	(259.289)	(69.919)	-	(69.919)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(137.595)	-	(137.595)	(110.932)	-	(110.932)
		<b>(396.884)</b>	<b>-</b>	<b>(396.884)</b>	<b>(180.851)</b>	<b>-</b>	<b>(180.851)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>282.991</b>	<b>22.149</b>	<b>305.140</b>	<b>425.166</b>	<b>13.024</b>	<b>438.190</b>

Continua...

## Continuação

	Nota de Ajuste	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
Pessoal e administradores		(1.676)	-	(1.676)	(858)	-	(858)
Material		(545)	-	(545)	(122)	-	(122)
Serviços de terceiros		(33.418)	-	(33.418)	(31.267)	-	(31.267)
Arrendamentos e aluguéis		(285)	-	(285)	(253)	-	(253)
Seguros		(97)	-	(97)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções		(2.250)	-	(2.250)	-	-	-
(-) Recuperação de despesas		216	-	216	247	-	247
Tributos		(199)	-	(199)	(3)	-	(3)
Depreciação e amortização	1.5	(43.668)	(25.200)	(68.868)	(16.753)	(34.355)	(51.108)
Gastos diversos	1.7	(137)	(22.106)	(22.243)	(177)	(12.799)	(12.976)
(-) Outras receitas operacionais	1.6	362.006	(43)	361.963	28	(28)	-
Outras despesas operacionais		(1.623)	-	(1.623)	(197)	-	(197)
		<b>278.324</b>	<b>(47.349)</b>	<b>230.975</b>	<b>(49.355)</b>	<b>(47.182)</b>	<b>(96.537)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>561.315</b>	<b>(25.200)</b>	<b>536.115</b>	<b>375.811</b>	<b>(34.158)</b>	<b>341.653</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>							
Despesas financeiras		(525)	-	(525)	(24)	-	(24)
Receitas financeiras		11.390	-	11.390	2.497	-	2.497
		<b>10.865</b>	<b>-</b>	<b>10.865</b>	<b>2.473</b>	<b>-</b>	<b>2.473</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS</b>		<b>572.180</b>	<b>(25.200)</b>	<b>546.980</b>	<b>378.284</b>	<b>(34.158)</b>	<b>344.126</b>
Despesas com tributos sobre os lucros	1.1	(194.293)	8.568	(185.725)	(21.032)	-	(21.032)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>377.887</b>	<b>(16.632)</b>	<b>361.255</b>	<b>357.252</b>	<b>(34.158)</b>	<b>323.094</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## 19.1 Detalhamento dos ajustes de práticas contábeis

- 1.1. Refere-se a diferença de imposto de renda e contribuição social diferido proveniente das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do Custo Atribuído sobre ativo imobilizado reconhecido na contabilidade societária e não reconhecido na contabilidade regulatória, bem como seu reflexo no resultado.
- 1.2. O valor de R\$ 663 em 31.12.2021 (R\$ 900 em 31.12.2020) refere-se ao grupo de Ativos Imobilizados Não Vinculados que são tratados em um grupo específico na contabilidade regulatória enquanto no societário é classificado no Imobilizado.
- 1.3. O valor de R\$ 57.977 em 31.12.2021 (R\$ 83.414 em 31.12.2020) refere-se ao Custo Atribuído sobre ativo imobilizado reconhecido na contabilidade societária e não reconhecido na contabilidade regulatória e também dos R\$ 663 em 31.12.2021 (R\$ 900 em 31.12.2020) já descrito no item 1.2, conforme do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.
- 1.4. Refere-se a reclassificação do saldo a pagar de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) contabilizados em Outras Contas a Pagar na contabilidade societária.
- 1.5. O valor de R\$ 37.827 em 31.12.2021 (R\$ 54.459 em 31.12.2020) refere-se ao custo atribuído alocado no ativo imobilizado na contabilidade societária e ajustado na contabilidade regulatório em decorrência da não adoção do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, bem como seu reflexo na depreciação.
- 1.6. Reclassificação do grupo de Receita Operacional Líquida na contabilidade societária para Outras Receitas Operacionais no grupo de Outros custos e despesas operacionais na contabilidade regulatória referente as receitas não vinculadas à concessão.
- 1.7. Reclassificação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) para dedução da Receita Operacional Líquida na contabilidade regulatória, contabilizada em Outros custos e despesas operacionais na contabilidade societária.

## 19.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>361.255</b>	<b>323.094</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
<b>Nos Custos e Despesas</b>		
Depreciação e amortização - custo atribuído	25.200	34.158
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	(8.568)	-
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>377.887</b>	<b>357.252</b>

## 19.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>701.119</b>	<b>605.485</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Custo atribuído aos ativos de geração	(57.314)	(82.514)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	19.487	28.055
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>663.292</b>	<b>551.026</b>

## 20 Instrumentos Financeiros

### 20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2021		31.12.2020	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	68.033	68.033	197.067	197.067
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	11.404	11.404	11.007	11.007
			<b>79.437</b>	<b>79.437</b>	<b>208.074</b>	<b>208.074</b>
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)	6		62.722	62.722	67.161	67.161
Mútuo (a)			170.212	170.212		
			<b>232.934</b>	<b>232.934</b>	<b>67.161</b>	<b>67.161</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>312.371</b>	<b>312.371</b>	<b>275.235</b>	<b>275.235</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros passivos financeiros</b>						
Fornecedores (a)	11		33.622	33.622	26.828	26.828
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>33.622</b>	<b>33.622</b>	<b>26.828</b>	<b>26.828</b>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

#### Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

## 20.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 20.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha **desses** em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

### 20.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados **ao** controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Passivo Total
<b>31.12.2021</b>				
Fornecedores	25.942	7.618	62	33.622
<b>31.12.2020</b>				
Fornecedores	26.050	678	100	26.828

### 20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

#### b) Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen (CDI/Selic - 12,25%). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	11.404	1.397	1.048	699
Mútuo	Baixa CDI/Selic	170.212	20.851	15.638	10.425
		<b>181.616</b>	<b>22.248</b>	<b>16.686</b>	<b>11.124</b>

#### 20.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor estão trabalhando para mitigação de riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoeletrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste e a geração de biomassa no

Sudeste, estima-se que o risco de falta energia em 2021 e 2022 seja minimizado, conforme as informações oficiais publicadas até o momento.

De forma a mitigar o risco de atendimento à demanda instantânea, o MME está fazendo gestão sobre os grandes consumidores de energia no sentido de migrar seus consumos dos períodos de maior demanda. O que, de modo geral, significa transferir a produção para as madrugadas. Isso garante o atendimento aos consumidores com maior economicidade, visto que a operação em períodos de elevada demanda instantânea é muito cara

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo, com a autorização de um reduzido despacho de geração térmica fora da ordem de mérito de custo pelo ONS, que por sua vez vem despachando os montantes necessários à uma operação segura ao Sistema Interligado Nacional.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos responsáveis pelo planejamento da operação do sistema, quando combinados com outras variáveis, como vazões afluentes, geração eólica e solar, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

### 20.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas aflúências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

### 20.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração de energia alcançadas pela Lei nº 9.074/1995 era disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG - Receita Anual de Geração). As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em 2024, a Copel GeT não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontarem para a vantagem da operação, alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Por fim, conforme NE nº 1-b, estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas.

### **20.3 Gerenciamento de capital**

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

## 21 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Controlador</b>								
<b>Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)</b>								
Dividendos	-	-	85.799	-	-	-	-	-
Contratos de Mútuo (a)	170.212	-	-	-	7.277	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	506	453	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	2.545	8.648	-	-	(26.447)	(18.932)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	512	-	-	-	(10.305)	(1.558)
<b>Entidades sob controle comum</b>								
<b>Copel Distribuição S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(14)	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(880)	(219)
<b>Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.</b>								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	20	49	-	-	-	-
<b>Copel Comercialização S.A.</b>								
Suprimento de energia elétrica	62.722	65.041	-	-	781.362	640.179	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	5.995	-	-	-	(145.639)	(57.312)
<b>Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(47)	(37)
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(94)	(72)
<b>Urapuru Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(138)	(128)
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>								
<b>Caiuá Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(43)	(32)
<b>Integração Maranhense Transmissora</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(189)	(141)
<b>Matrinchã Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.105)	(762)
<b>Guaraciaba Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(508)	(364)
<b>Paranaíba Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(756)	(566)
<b>Cantareira Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(569)	(412)
<b>Mata de Santa Genebra Transmissora</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.124)	(703)
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(168)	(98)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(7)	(5)
Lactec	-	-	-	91	-	-	(260)	(91)
<b>Companhia de Saneamento do Paraná</b>								
Simepar	-	-	79	-	-	-	(362)	-

(a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023.

(b) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

## 22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2022	252.400
Seguro D&O	28.03.2023	139.513

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

## 23 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 23.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 3.175, proveniente da integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos durante o exercício de 2020.

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Acionistas da  
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia acima referidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

*Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, a qual descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

*Assuntos relacionados à COVID-19*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis regulatórias, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separado, com data de 8 de abril de 2022.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº 1 RS 058908/O-1

---

Em atendimento à Resolução Normativa nº 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estão disponíveis no site da Copel [www.copel.com](http://www.copel.com), desde 08.04.2022 e a Demonstrações Contábeis Regulatórias estarão disponíveis a partir de 29.04.2022.

---